

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
NOTA À 8 ^a EDIÇÃO	11
NOTA À 7 ^a EDIÇÃO	13
NOTA À 6 ^a EDIÇÃO	15
NOTA À 5 ^a EDIÇÃO	17
NOTA À 4 ^a EDIÇÃO	19
NOTA À 3 ^a EDIÇÃO	21
INTRODUÇÃO	37
I. ATUALIDADE E IMPORTÂNCIA DO <i>HABEAS CORPUS</i>	41
1. Estado Democrático de Direito e flexibilização das garantias em prol da segurança	44
2. Defensivismo dos Tribunais Superiores e restrição ao <i>habeas corpus</i>	46
3. Reações a favor e contra o <i>habeas corpus</i>	52
II. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DO <i>HABEAS CORPUS</i> NO BRASIL.....	55
1. As origens inglesas	55
2. O Brasil Colônia e as Cartas de Seguro.....	56
3. A Carta de 1824	57
4. O Código de Processo Criminal de Primeira Instância, de 1832	58
5. A Lei 2.033, de 20 de setembro de 1871	59
6. Os escravos.....	60
7. O <i>habeas corpus</i> na República e a doutrina brasileira.....	60

8.	A reforma de 1926 e as Constituições Republicanas.....	62
9.	A ditadura de 1964 e os AIs 5 e 6.....	64
10.	A Constituição de 1988.....	65
III.	PROTEÇÃO EFETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: DEVIDO PROCESSO LEGAL E O <i>HABEAS CORPUS</i>	67
1.	Introdução.....	67
2.	Reviver a doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> ?	75
2.1.	O controle do devido processo legal e a repercussão na liberdade de ir e vir	76
2.1.1.	<i>Habeas corpus</i> e ilegalidade processual: cabimento.....	76
3.	Provas escondidas	77
3.1.	Operação Fratelli e excesso de acusação.....	80
3.2.	Dolo eventual em acidente de trânsito e qualificadora do homicídio. Excesso acusatório	81
3.2.1.	Ainda o caminhoneiro e seu devido processo	81
3.3.	Operação Satiagraha e Chacal. Ilegalidade na busca e apreensão.....	82
3.4.	Ilegalidade na exigência de o réu fornecer a conta mantida no exterior.....	84
4.	Conclusão.....	87
IV.	A “RACIONALIZAÇÃO” DO SISTEMA RECURSAL E O <i>HABEAS CORPUS</i>	89
1.	O <i>habeas corpus</i> como ação autônoma de impugnação	90
2.	O <i>habeas corpus</i> virou agravo?	96
3.	O <i>habeas corpus</i> é funcional ao sistema punitivo	97
4.	O valor da legalidade processual	100
5.	Identidade de objeto no <i>habeas corpus</i> e nos Recursos Especial e Extraordinário	103
V.	AS RESTRIÇÕES AO <i>HABEAS CORPUS</i>	107
1.	Pode o STF renunciar ao seu papel de guardião dos Direitos Fundamentais de natureza processual?	107
2.	A Súmula n. 691 do STF (um tormento diário).....	110
2.1.	Análise crítica dos fundamentos da Súmula.....	113

2.2. A razão de ser das Súmulas	117
3. Julgamento do Agravo Regimental como pressuposto do HC (um novo tormento).....	118
4. Proibição do <i>habeas corpus</i> substitutivo do RHC (o revigoramento do AI-6)....	121
5. Proibição de RHC para o STF contra acórdão de RHC do STJ e de concessão de ofício da ordem (o garrote final)	127
6. Proibição de <i>habeas corpus</i> contra ato de Ministro do STF (<i>king can do no wrong</i>)	134
7. Prequestionamento. Exigência devida? Quando?	139
8. <i>Habeas corpus</i> como sucedâneo recursal ou impetrado concomitantemente a algum recurso. Possibilidade.....	144
9. A Súmula 648 do STJ e o exame da justa causa após a sentença.....	147
 VI. AS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO <i>HABEAS CORPUS</i>	151
1. Justa causa	151
1.1. Conceito	151
1.2. O exame da prova em si, quando é possível.....	152
1.3. Casos de interesse para estudo	158
1.3.1. Pais Testemunhas de Jeová: trancamento da ação penal pela prática de homicídio doloso.....	158
1.3.1.1. HC para afastar condenação por roubo já transitada em julgado em virtude do sistema viciado de reconhecimento fotográfico	159
1.3.1.2. Aborto noticiado à polícia pelo médico que prestou assistência à mulher. Ilícitude da prova e falta de justa causa.....	165
1.3.2. Festa rave e facilitação ao tráfico: trancamento da ação penal....	168
1.3.3. Acidente com vítima fatal no Parque de diversões Hopi Hari: imputação de culpa ao presidente do Parque.....	169
1.3.4. Prerrogativas do advogado. A atipicidade da conduta profissional na crítica ao juiz.....	171
1.3.4.1. Prerrogativas profissionais do advogado. Crítica a juiz. Ofensa descaracterizada	172
1.3.4.2. Trancamento da ação contra advogada que gravou audiência contra a determinação do juiz.....	175

1.3.4.3.	Prerrogativa do jornalista na crítica: descaracterização da calúnia e da difamação	176
1.3.4.4.	HC para afastar a exigência de o advogado tirar cinto, relógio etc. para ver o preso na Penitenciária	178
1.3.4.5.	A afirmação nos autos, pelo advogado, de que o Promotor “prevaricou” não tipifica calúnia	179
1.3.5.	Guerra fiscal e comportamento atípico de empresários	181
1.3.5.1.	Crime fiscal e justa causa para o falso ideológico em processo autônomo	185
1.3.5.2.	Bem dado em garantia na execução fiscal afasta a justa causa para a ação penal por crime tributário?	186
1.3.6.	Médico de Pronto Socorro da Santa Casa que deixa de comunicar à polícia o encontro de maconha na vagina da paciente e é preso, autuado em flagrante, por participação no tráfico	188
1.3.7.	Crime contra o sistema financeiro. Arquivamento do processo administrativo. Falta de justa causa.....	190
1.3.8.	Operação Castelo de Areia: falta de justa causa para a deflagração de medida invasiva	192
1.3.9.	Para apagar maus antecedentes.....	196
1.3.10.	Restabelecimento da absolvição em caso de roubo por meio de <i>Habeas Corpus</i>	198
1.3.10.1.	Restabelecimento da absolvição em caso de tráfico	199
1.3.10.2.	Restabelecimento da absolvição em caso de lesão corporal. Relativização da palavra da vítima	200
1.3.10.3.	HC substitutivo de recurso especial para afastar condenação por tráfico de drogas em razão da insuficiência probatória.....	201
1.3.11.	Confissão, ainda que parcial, ou até retratada, deve atenuar a pena desde que utilizada para condenar.....	202
1.3.12.	Dupla condenação pela prática de tráfico no mesmo contexto fático. Reconhecimento de crime único	202
1.3.13.	Absolvição em estupro examinada em HC diante da retratação da vítima	203
1.3.13.1.	Estupro e absolvição por erro de tipo e superveniência do exame de DNA	204

1.3.14. Afastamento da majorante de violação à regra técnica de profissão em virtude de bis in idem	207
1.3.15. Descumprimento contratual <i>versus</i> apropriação de honorários.....	208
1.3.16. Afastamento da majorante do grave dano à coletividade em crime fiscal (art. 12 da Lei n. 8.137/90).....	208
1.3.16.1. HC para o reconhecimento da insignificância	209
1.3.17. HC para evitar a expulsão dos diplomatas venezuelanos	211
1.3.18. HC para trancar inquérito requisitado pelo Ministro da Justiça contra advogado por infração à Lei de Segurança Nacional (LSN).....	212
1.3.19. HC para trancar inquérito contra Procuradores da República investigados por meio de inquérito instaurado pelo Presidente do STJ.....	213
1.3.20. HC para impedir o comparecimento à CPI e/ou para se garantir o direito ao silêncio	214
1.3.21. HC para desclassificação do tráfico para uso próprio de drogas.....	217
1.3.21.1. HC para afastar a condenação por associação para o tráfico e a aplicação do redutor do art. 33, § 4º, da Lei de Tóxicos.....	220
1.3.21.2. Salvo conduto para o plantio de cannabis sativa	221
1.3.22. HC coletivo em caso de tráfico privilegiado	223
1.3.23. HC para absolver diante de condenação por dispensa ou inexistibilidade de licitação	230
1.3.24. HC para o levantamento de medida assecuratória real	231
1.3.25. A exigência de representação para a apuração do estelionato tem aplicação retroativa e sua ausência inviabiliza a ação penal.....	233
1.3.26. Trancamento de ação penal por xenofobia equiparada a crime de racismo	234
1.3.27. Duração irrazoável do inquérito policial. Trancamento.....	235
1.3.28. Trancamento da ação penal por tráfico por falta de apreensão da droga	237
1.4. Trancamento de inquérito policial.....	238
1.4.1. O caso do gerente do banco e a quebra do sigilo bancário	239

1.4.2.	O crime ambiental inexistente	241
1.4.3.	O caso dos jovens militantes do <i>Black Bloc</i> e o inquérito para apurar crime contra a segurança nacional e quadrilha	242
1.4.4.	Por irrazoabilidade na duração da investigação	246
1.5.	Indiciamento e justa causa	247
1.5.1.	Indiciamento determinado após o oferecimento de denúncia. Ilegalidade sanável pela via do <i>writ</i>	250
1.5.2.	Indiciamento arbitrário e controle da sua legalidade pelo <i>writ</i>	251
2.	Ainda a Justa Causa: questões afetas ao Júri.....	253
2.1.	É possível afastar qualificadora em <i>habeas corpus</i> ?.....	253
2.2.	Denúncia excessiva (tentativa de homicídio) e anulação pelo STF por meio do habeas corpus. Possibilidade	256
2.2.1.	O rompimento da barragem de Mariana (caso Samarco) e o excesso acusatório	259
2.2.1.A.	O rompimento da barragem de Brumadinho e o trancamento da ação em relação ao presidente da Vale	261
2.2.2.	Despronúncia em HC em razão do testemunho de “ouvir dizer”	263
2.2.3.	Pronúncia com base apenas em elementos do inquérito. Afastamento por meio do <i>writ</i>	265
2.2.4.	Despronúncia por conta da prova ilícita do inquérito e testemunhos indiretos.....	267
2.2.5.	Dolo eventual em ocorrência de trânsito e desclassificação por meio de HC	268
2.3.	Pode o <i>habeas corpus</i> impedir a realização do Júri quando pende Recurso Especial contra a decisão de pronúncia?	270
2.4.	Recurso acusatório contra veredito absolutório do Júri em razão de decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Inadmissibilidade diante da nova sistemática instituída pela Reforma de 2008. Habeas corpus para impedir novo julgamento popular.....	271
2.4.1.	Feminicídio e absolvição com base no quesito genérico. Possibilidade de a acusação recorrer.....	277
2.5.	HC contra acórdão do TJ que cassa decisão do júri. Limites cognitivos da apelação contra o mérito do veredito popular. É verificável a existência de duas versões no âmbito do <i>writ</i> para restabelecer o veredito dos jurados?	278

2.6.	HC e desaforamento. Possibilidade do manejo	280
2.7.	HC e pena maior no novo Júri que a do primeiro anulado em recurso exclusivo da defesa	284
2.8.	HC para o réu usar trajes <i>civis no júri</i>	293
3.	Ainda a Justa Causa.....	295
3.1.	<i>Habeas corpus</i> contra a demora na prestação jurisdicional e para apressar o julgamento de outro <i>writ</i> . Possibilidade.....	295
3.2.	HC e questionamento da pena. Quando é possível.....	298
3.3.	HC para trocar de regime; para colocação em prisão especial, para ser removido para estabelecimento definido, mas não cumprido e para ficar mais perto da família. Possibilidade.....	305
3.3.1.	Para obter a saída temporária independentemente do lapso temporal.....	308
3.3.2.	HC para obter regime menos gravoso em tráfico de drogas	311
3.3.3.	HC para obtenção de livramento condicional	311
3.4.	Para a mãe obter prisão domiciliar a fim de cuidar de filhos menores....	312
3.5.	Pandemia da Covid-19 e progressão do regime semiaberto para o aberto	318
3.6.	Juiz interamericano e o cômputo dos dias em dobro pela pena cumprida em estabelecimento degradante	318
3.7.	Detração da pena em razão do recolhimento noturno e aos finais de semana.....	320
3.7.1.	Remição da pena em razão de amamentação	323
3.7.2.	Remição da pena em razão de aprovação no ENEM	325
3.8.	HC coletivo para banho de sol.....	326
3.9.	HC para determinar a expedição de Guia de Recolhimento antes da prisão	328
3.10.	Irretroatividade do fim da saída temporária.....	329
3.11.	Irretroatividade da exigência do exame criminológico.....	330
3.12.	Ilegalidade da expedição de mandado de prisão quando o regime é o semiaberto.....	330
3.13.	Atipicidade da devolução de livro danificado como falta grave	331
4.	Quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo.....	331
4.1.	Lava Jato e competência em razão de delação	333

4.2.	Lava Jato e empresas de telefonia no caso da compra do sítio de Atibaia. Incompetência da 13ª Vara de Curitiba.....	333
4.2.1.	Caso Lula: competência jurisdicional para os processos do tríplex do Guarujá (SP) e do sítio de Atibaia (SP)	334
4.3.	Crime ambiental em Paraty (RJ) e a <i>prorrogatio jurisdictonis</i> (RJ).....	337
4.4.	Prevenção inexistente e possibilidade do manejo do <i>writ</i> contra a decisão que rejeita a exceção de competência	339
4.5.	Competência para a apuração da lavagem e do peculato.....	340
4.5.1.	Competência para apuração de acidente ferroviário envolvendo vítimas fatais.....	341
4.5.2.	Competência para apurar crime hospitalar de fraude à licitação, corrupção e lavagem	343
4.5.3.	A competência da justiça eleitoral prevalece sobre a federal e pode ser aferida na fase de inquérito.....	344
4.6.	Prerrogativa de foro e controle da competência por meio do <i>writ</i>	345
4.7.	Foro por prerrogativa de função e impossibilidade do fatiamento da ação entre diferentes réus	348
4.8.	Prefeito investigado em inquérito requisitado por Promotor de Justiça. Ilegalidade	349
4.9.	Interceptação telefônica ordenada por juiz incompetente	350
4.9.1.	Delegado de Polícia Federal que escolhe, num domingo, juiz de férias para despachar representação pela interceptação. Ilegalidade	352
4.9.1.1.	Após a declinação de competência para a Justiça Estadual, a Polícia Federal só pode atuar mediante expressa autorização judicial.....	353
4.9.2.	Escuta deferida por juiz escolhido pelo Ministério Público. Ilegalidade	354
4.10.	Usurpação de competência e prova ilícita: quando ocorre	355
4.11.	Usurpação de competência na investigação contra o Governador do Rio de Janeiro.....	357
5.	Quando o processo for manifestamente nulo.....	359
5.1.	Desrespeito à cronologia das sustentações orais: prejuízo presumido....	361
5.1.1.	Cronologia na entrega dos memoriais por réus delatores e delatados	364

5.1.2.	HC para anular condenação transitada em julgado e a discussão do padrão probatório	367
5.1.3.	Interrogatório deve ser o último ato do processo sob pena de nulidade	369
5.1.4.	Cerceamento de defesa pela impossibilidade de se fazer perguntas no interrogatório do corréu	372
5.1.5.	Cerceamento de defesa pela vedação ao direito de o réu responder no seu interrogatório apenas às perguntas do seu defensor.....	373
5.1.6.	Cerceamento de defesa pelo provimento de Correição Parcial sem oportunidade de a defesa se manifestar	376
5.1.7.	Nulidade do julgamento do <i>habeas corpus</i> no Plenário Virtual sem a concordância da defesa	378
5.1.8.	Nulidade decorrente da juntada da conversa do advogado com seu assistido	378
5.2.	Violação ao art. 212 do CPP: a cronologia da inquirição das testemunhas após a reforma de 2008	380
5.3.	Respostas contraditórias dos jurados: nulidade insanável.....	383
5.3.1.	Réu colocado de costas para os jurados durante o julgamento. Nulidade	385
5.4.	Denúncia inepta: possibilidade de arguir-se a nulidade após a prolação da sentença.....	386
5.4.1.	Denúncia inepta nos crimes societários	388
5.4.2.	Denúncia inepta por se remeter a outra peça do processo.....	396
5.5.	Nulidade da decisão desfundamentada que confirma o recebimento da denúncia	399
5.5.1.	O surgimento de um truque interpretativo	403
5.5.2.	Nulidade da pronúncia que acolhe qualificadora sem fundamentação	404
5.6.	Nulidade decorrente da redução do número de testemunhas pelo juiz	408
5.7.	Prova furtada por funcionário para propor ação trabalhista é ilícita ...	411
5.7.1.	Compartilhamento direto de dados bancários entre a Receita Federal e o MPF. Ilicitude da prova	413
5.8.	O juiz não pode sentenciar o feito sem os memoriais defensivos (obrigatórios).....	416

5.8.1. Paridade de armas. Dois casos: a. quanto ao prazo para apresentação das alegações finais e b. tempo para preparar a resposta à acusação	417
5.9. Livre escolha do advogado. Impossibilidade de o juiz nomear advogado a quem já o tenha, sem a prévia intimação do réu para constituir um novo	419
5.10. Efetividade da defesa. Nulidade decorrente da ausência desta.....	421
5.11. Informação errada na página eletrônica do Tribunal. Nulidade	423
5.12. <i>Reformatio in pejus</i> . Nulidade	424
5.13. Correlação entre a imputação e a denúncia	425
5.14. Nulidade em busca e apreensão coletiva: impossibilidade.....	428
5.14.1. Nulidade da busca e apreensão a partir de denúncia anônima, sem mandado judicial e sem prova do consentimento do morador	429
5.14.2. Informações da autoridade coatora não podem suprir a deficiência de fundamentação da decisão de busca e apreensão....	431
5.14.3. Busca e apreensão não pode ser justificada somente pela denúncia anônima e nem de forma genérica	432
5.14.4. Busca pessoal realizada com violência. Inadmissibilidade. Nulidade	433
5.14.5. Busca pessoal, marcadores sociais e práticas preconceituosas.	434
5.14.6. Guardas Municipais não podem atuar como polícia ostensiva	437
5.14.7. O cumprimento da ordem de prisão não autoriza a busca e apreensão sem prévia autorização judicial	437
5.14.8. Fuga do paciente para o interior de sua casa não autoriza presumir armazenamento de drogas, nem o ingresso domiciliar sem mandado pelos policiais	438
5.14.9. Busca e apreensão realizada na casa de advogado sem a presença de representante da OAB. Nulidade.....	439
5.15. Nulidade decorrente da parcialidade do juiz (o caso Lula e a suspeição do Juiz Sergio Moro).....	440
5.16. Ilicitude das interceptações determinadas com carência de fundamentação	445
5.17. Ilicitude da prova decorrente da falta de advertência do direito ao silêncio no momento da autuação pelo policial (Aviso de Miranda).....	447

5.17.1. Violação do direito ao silêncio pela astúcia da perita	449
5.18. Cerceamento de defesa pelo indeferimento de diligências em grau de apelação que poderiam comprovar a inocência do acusado.....	450
5.19. Nulidade da ação penal em decorrência da não apresentação de proposta de ANPP por falta de confissão na fase policial	451
5.20. Nulidade da delação feita por advogado contra seu cliente	453
5.20.1. Advogado que quebra sigilo de colega de escritório para noticiar crime	456
5.21. HC e cadeia de custódia. Nulidade da prova não preservada.....	457
5.22. Cerceamento de defesa. Lei Mariana Ferrer. Juntada de documentos sobre a vítima no processo a ser submetido ao Júri	459
5.22.1. Júri. Cerceamento de defesa em decorrência da juntada de laudo complementar pelo MP após a pronúncia.....	460
5.23. Cerceamento de defesa em razão da ausência de elementos informativos nos autos não juntados ou sonegados.....	460
5.24. Acesso tardio aos elementos de prova e ofensa ao contraditório	464
5.25. Promotor natural. Ofensa que anula o processo desde a denúncia.....	465
6. Extinção da punibilidade.....	467
6.1. Prescrição e <i>habeas corpus</i>	468
6.1.1. <i>Prescrição em júri anulado por recurso exclusivo da defesa</i>	468
6.2. Perdão judicial e <i>habeas corpus</i>	469
6.3. Termo inicial da contagem do prazo para o reconhecimento da prescrição executória	470
6.4. Parcelamento do débito tributário e extinção da punibilidade na vigência da Lei n. 9.249/1995	472
6.5. Prescrição e 70 anos antes do acórdão. Cômputo do prazo pela metade.....	472
6.6. Irretroatividade da Lei que alterou a causa interruptiva da prescrição em razão do acórdão confirmatório da condenação	474
VII. QUESTÕES DE PROCEDIMENTO	475
1. Liminar em HC no STF prejudica o HC no STJ?	475
1.1. Há necessidade de se pedir previamente reconsideração à autoridade coatora antes de se impetrar HC?.....	477

2.	Qual a natureza jurídica da decisão que concede a liminar em HC?	478
3.	Cabe Agravo no STJ contra decisão que defere ou indefere liminar em HC?	478
4.	Contrarrazões em RHC. Desnecessidade.....	479
5.	Aceitação da suspensão processual e HC pendente: ausência de prejuízo	483
6.	Intimação do julgamento do HC. Quando é necessária?	484
7.	Pode-se recorrer da decisão que não conhece o <i>writ</i> ?.....	486
8.	Há necessidade de se intimar o impetrante quando o MP opõe embargos declaratórios com a pretensão de efeitos modificativos?.....	487
9.	Pode haver <i>reformatio in pejus</i> em <i>habeas corpus</i> ?	489
10.	Há necessidade de procuração para a interposição do RHC?.....	489
11.	Sobre a desistência unilateral do <i>habeas corpus</i>	494
12.	HC contra condenação transitada em julgado	495
13.	Julgamento: a questão do julgamento pelo colegiado e pelo plenário virtual.	499
14.	Possibilidade de a ordem ser concedida monocraticamente	504
15.	Legitimidade ativa. Impetração pelo MP para prejudicar o acusado. Impossibilidade	505
16.	<i>Habeas corpus</i> no STF só pela via eletrônica (Resolução 427/2010)	506
17.	Inquérito Policial requisitado por membro do MP. Competência para conhecer do HC.....	507
18.	<i>Habeas corpus</i> coletivo. É possível?	509
19.	<i>Amicus curiae</i> no <i>habeas corpus</i> : é possível?	512
20.	Admissão de assistente do MP no <i>writ</i> . Necessidade de revisão da jurisprudência	514
21.	A vedação do acórdão oriundo de HC para o confronto de teses em recurso especial. Uma distorção incondizente com a importância do <i>writ</i> e com a própria lei	515
22.	O acórdão do HC como formador de precedente	521
23.	Dupla atuação dos Ministérios Públicos federal e estadual nos Tribunais Superiores: é possível?.....	524
24.	Pode a CPI recorrer da concessão de <i>habeas corpus</i> ?	526
	BIBLIOGRAFIA BÁSICA.....	527